DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2° TRIMESTRE DE 2026

Rio de Janeiro
30 de junho 2026

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Balanços Patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.419	44.517
Impostos a recuperar	6	262	1.110
Adiantamentos concedidos	7	4.312	634
Despesas antecipadas	8	4.652	7.810
Outros ativos		107	-
		42.752	**54.071**
Não Circulante			
Impostos a recuperar	6	3.684	3.011
Depósitos judiciais	9	6.817	5.272
Imobilizado	10	5.527	5.869
Direito de uso	11	11.821	13.299
Intangível	12	1.705	1.184
		29.554	**28.635**
TOTAL DO ATIVO		**72.306**	**82.706**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	13	1.165	196
Obrigações tributárias	14	3.174	5.289
Obrigações trabalhistas e Sociais	15	31.903	25.015
Obrigações com a cessão de pessoal		68	67
Previdência privada complementar	17	1.060	-
Arrendamento	11	3.135	3.059
		40.505	**33.626**
Não Circulante			
Provisões para contingências	16	9.750	12.448
Arrendamento	11	10.376	11.962
		20.126	**24.410**
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	36.154	34.444
Adiant. para futuro aumento de capital	19	1.687	1.711
Prejuízos acumulados	20	(26.166)	(11.485)
		11.675	**24.670**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**72.306**	**82.706**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstrações Intermediárias dos Resultados

(em milhares de reais)

	Notas	01/01/2026 a 30/06/2026 (Acumulado)	01/04/2026 a 30/06/2026 (Trimestre)	01/01/2025 a 30/06/2025 (Acumulado)	01/04/2025 a 30/06/2025 (Trimestre)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22				
Remunerações, Encargos Sociais e Benefícios		(52.716)	(27.627)	(49.010)	(24.557)
Serviços de Terceiros		(5.048)	(2.577)	(3.630)	(1.331)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(1.292)	(643)	(1.369)	(675)
Gerais da Administração		(2.554)	(1.293)	(1.457)	(672)
Impostos, Taxas e Contribuições		(186)	(86)	(189)	(88)
		(61.796)	**(32.226)**	**(55.655)**	**(27.323)**
RESULTADO BRUTO		**(61.796)**	**(32.226)**	**(55.655)**	**(27.323)**
DESPESAS OPERACIONAIS	22				
Remunerações, Encargos Sociais e Benefícios		(25.070)	(13.096)	(22.778)	(11.292)
Materiais		(22)	(5)	(48)	(2)
Serviços de Terceiros		(4.299)	(2.499)	(3.393)	(1.958)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(3.281)	(1.647)	(3.430)	(1.707)
Gerais da Administração		(2.427)	(1.256)	(1.250)	(617)
Impostos, Taxas e Contribuições		(454)	(113)	(103)	(48)
		(35.553)	**(18.616)**	**(31.002)**	**(15.624)**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS					
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	23	75.966	32.704	85.919	43.033
Reembolso de Custos e Despesas – Leilões ANEEL	24	3.823	671	-	-
Reversão de Provisões para Contingências		3.112	3.112	473	1
		82.901	**36.487**	**86.392**	**43.034**
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**(14.448)**	**(14.355)**	**(265)**	**87**
Receitas Financeiras	25	539	253	392	168
Despesas Financeiras	25	(766)	(439)	(803)	(306)
		(227)	**(186)**	**(411)**	**(138)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E DA CSLL		**(14.675)**	**(14.541)**	**(676)**	**(51)**
IRPJ/CSLL correntes	26	(6)	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		**(14.681)**	**(14.541)**	**(676)**	**(51)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstrações Intermediárias dos Resultados Abrangentes

(em milhares de reais)

	01/01/2026 a 30/06/2026 (Acumulado)	01/04/2026 a 30/06/2026 (Trimestral)	01/01/2025 a 30/06/2025 (Acumulado)	01/04/2025 a 30/06/2025 (Trimestral)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	**(14.681)**	**(14.541)**	**(676)**	**(51)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**(14.681)**	**(14.541)**	**(676)**	**(51)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstrações Intermediárias das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2024		**31.458**	**2.986**	**(2.834)**	**31.610**
Aumento de Capital	18	2.986	(2.986)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	19	-	695	-	695
Resultado do período	20	-	-	(676)	(676)
Saldos em 30/06/2025		**34.444**	**695**	**(3.510)**	**31.629**
Saldos em 31/12/2025		**34.443**	**1.711**	**(11.485)**	**24.669**
Aumento de Capital	18	1.711	(1.711)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	19	-	1.687	-	1.687
Resultado do período	20	-	-	(14.681)	(14.681)
Saldos em 30/06/2026		**36.154**	**1.687**	**(26.166)**	**11.675**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstrações Intermediárias dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Período	(14.681)	(676)
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(75.966)	(85.919)
Depreciação / Amortização	2.691	2.824
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	352	403
Adições/Atualizações/Reversões nas provisões para contingências	(2.698)	(1.199)
Atualização/tributos a compensar/Depósitos Judiciais	(428)	(393)
Variação nos saldos de ativos e passivos		
Adiantamentos concedidos	(3.678)	(2.904)
Despesas antecipadas	3.158	776
Depósitos judiciais	(1.324)	1.069
Impostos a recuperar	382	(245)
Outros ativos	(107)	-
Fornecedores	969	658
Obrigações tributárias	(2.109)	(1.111)
Obrigações trabalhistas e sociais	6.888	9.227
Previdência privada complementar	1.060	101
Obrigações com Cessão de pessoal	1	1
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(85.490)**	**(77.388)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6)	(245)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(85.496)**	**(77.633)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Intangível	(800)	-
Aquisição de Imobilizado	(592)	(635)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(1.392)**	**(635)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização arrendamento mercantil (CPC 06)	(1.863)	(1.771)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	75.966	85.919
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	1.687	695
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	**75.790**	**84.843**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(11.098)**	**6.575**
No início do exercício	44.517	44.468
No fim do exercício	33.419	51.043
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(11.098)**	**6.575**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

(em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Subsídios Públicos	75.966	85.919
Outras Receitas	6.935	473
	82.901	**86.392**
Insumos		
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(14.940)	(10.777)
	(14.940)	**(10.777)**
Valor Adicionado Bruto	**67.961**	**75.615**
Depreciação e Amortização	(2.691)	(2.824)
Valor Adicionado Líquido produzido	**65.270**	**72.791**
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	539	392
	539	**392**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**65.809**	**73.183**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	54.483	50.240
Benefícios	8.428	7.615
FGTS	4.201	3.856
	67.112	**61.711**
Governos (Impostos, taxas e contribuições)		
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	12.173	10.956
Estaduais (inclui IPVA)	20	26
Municipais	241	249
	12.434	**11.231**
Remuneração do capital de terceiros		
Juros, multas e atualizações monetárias	766	803
Aluguéis	122	114
Despesas não dedutíveis	56	-
	944	**917**
Remuneração dos capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(14.681)	(676)
	(14.681)	**(676)**
Valor Adicionado Total Distribuído	**65.809**	**73.183**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 10ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2026, substituindo a versão anterior aprovada em 17 de abril de 2025.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA n° 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidade assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar "a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional" (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução das despesas da EPE tem ocorrido em conformidade com as dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). No que se refere às despesas obrigatórias, os recursos autorizados são suficientes para atender às necessidades da Companhia no exercício, tendo sido executados 96% do montante aprovado no ano.

Quanto às despesas discricionárias, as demandas da EPE foram compatibilizadas aos valores estabelecidos na LOA. A execução dessas despesas tem observado os limites definidos pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, os quais têm se mostrado adequados para atender às necessidades operacionais da empresa em cada período. Até junho, a execução dessas despesas correspondeu a 38% do valor total aprovado.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

1.2 PORTARIAS SOF/MPO Nº 63/2026 E Nº 81/2026 E SEUS IMPACTOS PATRIMONIAIS

No âmbito do orçamento de 2026, as Portarias SOF/MPO nº 63/2026 e nº 81/2026 promoveram a substituição de aproximadamente R$ 34,7 milhões da fonte 1000 (recursos do Tesouro Nacional) por fonte 3050 (recursos próprios de exercícios anteriores), alterando a estrutura de financiamento das despesas da Companhia. Tal medida implica a utilização direta de disponibilidades financeiras acumuladas, principal ativo patrimonial da EPE, em substituição à receita de subvenção econômica, com efeitos imediatos de descapitalização e impacto negativo no resultado do exercício.

Com base nas projeções econômico-financeiras, estima-se que essa alteração poderá gerar, no exercício de 2026, prejuízo da ordem de R$ 34,7 milhões, além de reduzir substancialmente as disponibilidades financeiras e conduzir o patrimônio líquido a saldo negativo ao final do período, caracterizando potencial situação de passivo a descoberto. Esse cenário representa alteração relevante na condição patrimonial, demandando acompanhamento das instâncias de governança e eventual adoção de medidas mitigadoras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards (IFRS),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma.

C) AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 14 de agosto de 2026, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras da EPE e autorizou sua divulgação.

D) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

E) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da EPE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme evidenciada nas referidas demonstrações financeiras e devem ser analisadas em conjunto.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Até o momento, não há mudanças nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vigor a partir do exercício 2026, que possam impactar as demonstrações da companhia.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Ativos Financeiros	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	33.419	44.517
	33.419	**44.517**
Passivos Financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	1.165	196
Arrendamentos	13.511	15.021
	14.676	**15.217**

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	**30/06/2026**	**31/12/2025**
A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	13.646	7.061
B - Recursos Próprios	19.773	37.456
Total	**33.419**	**44.517**

A variação da conta de recursos do tesouro nacional se justifica pela devolução no final do exercício de saldos de recursos não utilizados.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	**30/06/2026**	**31/12/2025**
COFINS a Recuperar	2	2
IRPJ Estimativa 2025	191	179
CSLL Estimativa 2025	71	67
IRPJ Estimativa 2024	683	645
CSLL Estimativa 2024	231	219
IRPJ Estimativa 2023	693	890
CSLL Estimativa 2023	438	415
IRPJ Estimativa 2022	-	143
IRPJ Estimativa 2021	241	230
IR a Compensar – Pagamento a maior	29	28
CSLL a Compensar – Pagamento a maior	188	180
COSIRF	2	2

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

IRRF a Restituir	5	5
IRRF a Compensar	1.167	1.111
ISS a Restituir	5	5
Total	**3.946**	**4.121**

Curto Prazo:

Descrição	**30/06/2026**	**31/12/2025**
IRPJ Estimativa	191	824
CSLL Estimativa	71	286
Total	**262**	**1.110**

Longo Prazo:

Descrição	**30/06/2026**	**31/12/2025**
IRPJ Estimativa	1.617	1.264
CSLL Estimativa	669	415
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	188	180
IRRF a compensar	1.167	1.111
Outros	43	41
Total	**3.684**	**3.011**

7. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	30/06/2026	**31/12/2025**
Adiantamento de Férias	448	634
Adiantamento de 13° Salários	3.864	-
Total	**4.312**	**634**

Em 2026, o impacto foi em razão dos adiantamentos de 13º salário.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Saldo residual de R$ 4.652, apropriados no curto prazo do período de 2026, refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares com vigência de 12 meses. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

Curto Prazo:

Descrição	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Prêmio de seguros	25	52
Assinaturas e anuidades	1.526	3.175
Provedores de informação	59	134
Manutenção de software	2.797	4.449
IPTU a apropriar	245	-
Totais	**4.652**	**7.810**

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Tributários (i)	4.653	4.498
Trabalhistas (ii)	1.973	590

Cíveis (iii)	191	184
Total	**6.817**	**5.272**

(i) Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010. A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.

(ii) Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS – TR + 3% ao ano – e a partir desta data pelo índice da Poupança.

(iii) Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/06/2026 Líquido	31/12/2025 Líquido
Instalações	10%	2.714	(1.355)	1.359	1.496
Máquinas e equipamentos	10%	859	(781)	78	86
Equipamentos de informática	20%	15.195	(11.723)	3.472	3.629
Móveis e utensílios	10%	2.772	(2.154)	618	658
Total		**21.540**	**(16.013)**	**5.527**	**5.869**

A movimentação do período está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2025 Líquido	Adições	Depreciação	30/06/2026 Líquido
Instalações	1.496	-	(137)	1.359
Máquinas e equipamentos	86	-	(8)	78
Equipamentos de informática	3.629	583	(740)	3.472
Móveis e utensílios	658	9	(49)	618
Total	**5.869**	**592**	**(934)**	**5.527**

11. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia analisou todos os contratos de aluguel de imóveis ativos, que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento. Em 30/06/2026, a EPE mantinha um contrato de arrendamento de imóveis, localizados no Rio de Janeiro/RJ. Não houve novos contratos ou encerramentos no período. Para os arrendamentos mercantis em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos a valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de locação, utilizando-se a taxa de desconto de 5,00% a.a.

Quanto à taxa de desconto, dada as características da EPE, não tem, objetivamente, parâmetros para calcular uma TIR (Taxa Interna de Retorno) nem uma taxa incremental, pois não é tomadora de recursos no mercado financeiro, não aplica caixa porque opera com dotação orçamentária do Governo Federal e não possui qualquer financiamento que não seja este aluguel de imóvel. Face a isto, a companhia buscou as seguintes opções:

a) Taxa do contrato (IPCA);
b) Previsão de inflação divulgada pelo Banco Central.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Quanto à base “inflação”, o Banco Central do Brasil, por meio do Conselho Monetário Nacional, estabeleceu a meta de inflação para o período de 2024 a 2026 em 3,00% ao ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, o que corresponde a uma variação de 1,5% a 4,5%. Para fins de mensuração contábil, adota-se a taxa de 5,00% com base na média histórica recente do IPCA e com respaldo técnico da área contábil, considerando-se que tal premissa não gera impacto material nos valores dos contratos atualizados monetariamente.

Foram considerados o prazo de arrendamento conforme vigência dos contratos de arrendamento (10 anos) e a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada imóvel.
Como se trata de locação de imóvel, sem intenção de compra, o ativo arrendado, pelo método linear, de acordo com prazo do contrato.

A) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO

Descrição	31/12/2025 Bruto	Amortização Acumulada	30/06/2026 Líquido	31/12/2025 Líquido
Direito de uso de bens	24.551	(12.730)	11.821	13.299
Total	**24.551**	**(12.730)**	**11.821**	**13.299**

B) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO

	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamento de curto prazo	3.135	3.059
Arrendamento de longo prazo	10.376	11.962
	13.511	**15.021**

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**17.051**
Pagamentos do arrendamento	(1.771)
Juros reconhecidos no resultado	403
Saldo em 30 de junho de 2025	**15.683**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**15.021**
Pagamentos do arrendamento	(1.862)
Juros reconhecidos no resultado	352
Saldo em 30 de junho de 2026	**13.511**

Os encargos financeiros do arrendamento (R$ 352) estão apresentados na linha ‘Despesas Financeiras’ da demonstração do resultado.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30/06/2026 Líquido	31/12/2025 Líquido
Software	20%	14.386	(12.681)	1.705	1.184
Total		**14.386**	**(12.681)**	**1.705**	**1.184**

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31/12/2025 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	30/06/2026 Líquido
Software	1.184	800	-	(279)	-	1.705
Total	**1.184**	**800**	**-**	**(279)**	**-**	**1.705**

13. FORNECEDORES NACIONAIS

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R$ 1.165 tem como principais fornecedores a serem pagos em julho de 2026:

Fornecedores	30/06/2026	31/12/2025
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	465	-
Figener Engenheiros Associados Ltda.	246	-
Time Multisserviços Ltda.	120	19
MGS Clean Soluções e Serviços Ltda.	90	-
Recruta Easy Tecnologia em Recrutamento Ltda.	88	-
Decision Serviços de Tecnologia Ltda.	-	86
R&F Treinamentos Técnicos e Gerenciais Ltda.	51	-
Dataprev S.A.	38	38
Informa Markets Ltda.	-	34
Comitê Nacional Brasileiro de Produção	18	-
ESAFI – Escola Administração e Treinamento	16	-
Rede Nacional de Aprendizagem	12	-
Outros diversos	21	19
Total	**1.165**	**196**

A variação do saldo da conta Fornecedores decorre da estratégia adotada no encerramento do exercício anterior, voltada à redução do montante de restos a pagar, o que resultou em um passivo menor em 2025. Em 2026, o saldo reflete a retomada do ciclo regular de execução contratual e financeira.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
PIS e COFINS	5	2
IRRF s/ salários	2.985	4.655
INSS retido	16	30
Retenção IN 1234 – IR/CS/PIS/COFINS	168	602
Total	**3.174**	**5.289**

O aumento do IRRF sobre folha a pagar em dezembro está relacionado à incidência do imposto sobre o 13º salário, inexistente na folha de janeiro.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS e FGTS), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Salários a pagar	7.311	6.920
13° salário e encargos	4.854	-
Férias e encargos	16.464	14.593

INSS a recolher	2.211	2.681
FGTS a pagar	841	821
Remuneração Variável dos Administradores	204	-
Mensalidade AEPE	18	-
Total	**31.903**	**25.015**

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

A) AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL

O valor provisionado leva em consideração o valor estimado da possível condenação da EPE ao pagamento à terceiros de valores conforme estágio do processo, ou seja, não leva em consideração necessariamente o valor da causa, podendo desta divergir.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (tributária e trabalhista). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE.

Até junho de 2026 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R$ 9.750, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2025	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/06/2026
Trabalhistas	4.385	270	-	(77)	4.578
Tributárias	8.063	144	-	(3.035)	5.172
Total	**12.448**	**414**	**-**	**(3.112)**	**9.750**

Trabalhistas

A EPE é ré em reclamações trabalhistas, principalmente relacionadas à incorporação de gratificação de função, reintegração com pagamento de salários, danos morais e reversão de justa causa. A provisão é constituída com base nos pedidos do reclamante, nas decisões do Poder Judiciário, que pode indeferir parte dos pedidos do reclamante, e no prognóstico de perda. O valor foi atualizado até 30/06/2026, conforme cálculos elaborados pela consultoria terceirizada, e já engloba os honorários de sucumbência, quando existente. As reversões decorrem de estimativas de perdas que não se realizaram em sua plenitude e as baixas se referem a depósitos judiciais feitos no decorrer da fase processual que foram efetivamente utilizados para o pagamento do débito.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se aos processos de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados abaixo:

Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400
Objeto: Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca: (i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca. Valor estimado: R$ 5.117.

*Houve alteração na classificação do processo administrativo 04/354158/2008 no valor estimado de R$ 3.234.965,55 para remoto, tendo em vista a obtenção de sentença favorável do processo judicial correlato (5057887-08.2025.4.02.5101).

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

B) AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem pareceres da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

Descrição	31/12/2025	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/06/2026
Trabalhistas	4	1	24	-	29
Cíveis[1]	8.232.717	189.346	43	(26.020)	8.396.086
Tributárias	8.952	209	-	-	9.161
Total	**8.241.673**	**189.556**	**67**	**(26.020)**	**8.405.276**

[1] A EPE foi citada para apresentar defesa na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, atualmente em trâmite na 6ª Vara Federal de Macapá, sob o nº 1001396-65.2025.4.01.3100. Na referida ação, o MPF requer a condenação da EPE, da União e de demais órgãos envolvidos ao pagamento de indenizações por danos morais coletivos, sociais e materiais, no valor total de R$ 69.972.450, a serem destinados à reparação dos prejuízos causados à população em decorrência do blecaute ocorrido em novembro de 2020. Tendo em vista que o MPF não diferenciou as responsabilidades dos réus, dividimos o valor total atribuído à causa pelo número total de réus (9) com o objetivo de obter a estimativa de um valor inicial a ser atribuído à EPE, o que determinou o valor indicado de R$ 8.090.492 para a EPE. Por fim, ressaltamos que a Consultoria Jurídica já deu início à elaboração da defesa da EPE, inclusive com a solicitação de subsídios técnicos à STE.

17. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no passivo circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e/ou aportes diretos dos participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
A – Contribuições da Patrocinadora	527	-
B – Contribuições dos Empregados	533	-
Total	**1.060**	**-**

18. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R$ 36.154 em 30 de junho de 2026.

19. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2026 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até junho de 2026 foi de R$ 1.687, conforme a seguir:

Fonte	PF Solicitação	Data	PF Recebimento	Entrada do Recurso	Recurso Recebido
1000	2026PF000002	13/01/2026	2026PF000074	16/01/2026	86
3129	2026PF000002	13/01/2026	2026PF000064	15/01/2026	7
3129	2026PF000012	20/02/2026	2026PF000223	20/02/2026	83

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

1000	2026PF000012	20/02/2026	2026PF000226	23/02/2026	187
1080	2026PF000031	05/05/2026	2026PF000513	07/05/2026	306
1000	2026PF000032	12/05/2026	2026PF000533	12/05/2026	9
1080	2026PF000037	02/06/2026	2026PF000630	08/06/2026	493
1000	2026PF000037	02/06/2026	2026PF000630	08/06/2026	516
TOTAL RECEBIDO					**1.687**

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

20. PREJUÍZOS ACUMULADOS

Até o 2º trimestre de 2026, foi apurado um prejuízo contábil de (R$ 14.681), resultando em um prejuízo acumulado de (R$ 26.166), conforme quadro abaixo:

Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2025	**(11.485)**
Resultado do período	(14.681)
Prejuízos acumulados saldo em 30 de junho de 2026	**(26.166)**

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento à Resolução CGPAR nº 30, de 4 de agosto de 2022, o quadro abaixo apresenta os valores relativos às remunerações, vantagens e benefícios dos administradores e empregados da EPE, bem como os valores maior, menor e médio, no período de 2026, de acordo com o Plano de Cargos e Salários da Empresa, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST:

Remuneração, Vantagens e Benefícios	Maior	Menor	Média
Diretores incluindo Presidente	R$ 83 (*)	R$ 16 (**)	R$ 32
Empregados - Nível Médio	R$ 36 (***)	R$ 10	R$ 16
Empregados - Nível Superior	R$ 63 (****)	R$ 15	R$ 30

(*) Honorários, RVA, antecipação de gratificação natalina e férias pagos à dirigente, empregado concursado.
(**) Honorários e RVA pagos à dirigente cedido.
(***) Remuneração total de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.
(****) Remuneração total de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão com férias no mês e adiantamento da 1ª parcela do 13º salário.

Os valores apresentados compreendem a remuneração mensal, as vantagens e os benefícios pagos. Somente as parcelas de natureza remuneratória, quando aplicável, integram a base de cálculo do 13º salário, do 1/3 constitucional de férias, do abono de férias, do salário-substituição, do saldo de banco de horas e das férias proporcionais ou indenizadas.

As vantagens incluem, dentre outras, valores pagos a título de função gratificada e adicionais de função, quando existentes. Os benefícios compreendem auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-moradia, assistência à saúde, previdência complementar e outros previstos em normativos internos.

Remuneração (***)	Maior	Menor	Média
Conselheiros de Administração	R$ 4	R$ 4	R$ 4
Conselheiros Fiscais	R$ 4	R$ 4	R$ 4

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 30 de junho de 2026:

1. **Quadro de Pessoal contratados até 30 de junho de 2026:**

Funcionários contratados	Quantidade
Aprovado	426
Ativo	403
Trabalhando internamente na EPE	387
Livre provimento	3
Cedidos / Movimentados / Requisitados da EPE para outros órgãos	10
Cedidos de outros órgãos para a EPE	3
Afastamentos	5

2. Descrição dos gastos	R$ mil
Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração	4
Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais	4
Gasto médio com previdência privada	500
Gasto médio com benefícios a empregados	905

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	30/06/2026	30/06/2025
Custos e despesas por função		
Custos dos serviços prestados	(61.796)	(55.655)
Despesas operacionais	(35.548)	(31.002)
	(97.344)	**(86.657)**
Custos e despesas por natureza		
Pessoal (i)	(77.786)	(71.788)
Materiais	(22)	(48)
Serviços de Terceiros (ii)	(9.342)	(7.023)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(4.573)	(4.799)
Gerais da Administração (iv)	(4.981)	(2.707)
Impostos, Taxas e Contribuições	(640)	(292)
Total	**(97.344)**	**(86.657)**

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R$42.023), provisões de férias (R$5.554), abono pecuniário de férias (R$722), 13º salário (R$3.996), encargos sociais – INSS e FGTS (R$15.990), Incorporação Função Gratificada (R$129), benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R$8.429), estagiários (R$513), jovem aprendiz (R$ 16), requisição de pessoal (R$ 339) e licença paternidade (R$ 75), de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de junho/2026.

(ii) Os valores apropriados até junho/2026, referem-se, aos serviços de consultorias (R$881), serviços de apoio técnico profissional (R$1.399), treinamentos (R$1.249), manutenção de equipamentos de informática (R$453), serviço fiscal/tributário (R$127), cessão temporária e manutenção de softwares (R$5.007), serviços de clipping de multimídia (R$30), despesas com eventos e confraternizações (R$91), locação de veículos (R$103) e serviço prestado PF (R$ 2).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até junho/2026, relativos à energia elétrica (R$354), telecomunicações (R$18), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R$1.213), serviços de limpeza e higiene (R$419), serviços gerais (R$275), condomínio (R$755), manutenção e reparos (R$40), Amortização do Direito de Uso (R$1.478), aluguel de equipamentos (R$ 19), Correios (R$1) e Conduções (R$1).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria - Custos (R$379), honorários da diretoria – Despesa (R$124), honorários dos conselhos (R$238), viagens de empregados a serviço da empresa (R$1.653), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R$2.129), honorários comitê auditoria (R$74), seguro de responsabilidade

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

civil (R$27), remuneração variável dos administradores (R$ 300) e Despesas não dedutíveis (R$ 57), apropriadas no período de junho/2026.

*Todos os valores são acumulados até o mês de referência.

**No item (ii) a variação de aproximadamente 33% comparado ao ano anterior se deve principalmente pelo aumento nas contas de serviços de consultoria, cursos, seminários e convenções, cessão temporária de manutenção e software, serviços de manutenção de equipamento de informática e serviços de clipping de multimídia.

**No item (iv) a variação de aproximadamente 84% comparado ao ano anterior se deve principalmente pelo aumento nas contas de viagens de empregados a serviço da empresa, assinaturas de banco de dados e portais eletrônicos, bem como a inclusão da provisão do RVA segregado dos honorários de diretoria.

23. SUBSÍDIOS DO TESOURO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
A – Recursos recebidos do Tesouro Nacional	75.966	85.919
Total	**75.966**	**85.919**

24. REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS – LEILÕES ANEEL

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos efetuados pela ANEEL relativos aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do Leilão de Transmissão, conforme previsto no Edital do Leilão ANEEL 04-2025 Processo 48500.007344/2025-00 e Leilão ANEEL 01-2026 Processo 48500.023612/2025-22.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Reembolso de Custos e Despesas – Leilões ANEEL	3.818	-
Total	**3.818**	**-**

.

Leilão ANEEL 04-2025 Processo 48500.007344/2025-00						
Lotes	**Mês inicial correção monetária**	**Valor Original**	**Mês final correção monetária**	**Correção monetária**	**Data de recebimento**	**Valor final com correção monetária**
1	mar/25	587	dez/25	16	09/02/2026	603
2	mar/25	398	dez/25	11	30/01/2026	409
3	mar/25	662	dez/25	18	24/01/2026	680
4	mar/25	776	dez/25	21	30/01/2026	797
5	mar/25	585	dez/25	16	15/01/2026	601
6A	mar/25	69	dez/25	2	26/01/2026	71
6B	mar/25	69	dez/25	2	26/01/2026	71
		3.146		**86**		**3.232**

Leilão ANEEL 01-2026 Processo 48500.023612/2025-22

Lotes	Mês inicial correção monetária	Valor Original	Mês final correção monetária	Correção monetária	Data de recebimento	Valor final com correção monetária
1	ago/25	356	abr/26	13	22/05/2026	369
2	ago/25	65	abr/26	2	25/05/2026	67
3	ago/25	62	abr/26	2	25/05/2026	64
4	ago/25	123	abr/26	4	25/05/2026	127
5	ago/25	66	abr/26	2	25/05/2026	68
		672		**23**		**695**

A correção monetária (R$ 109) está apresentada na linha 'Rendas de variações monetárias" da demonstração do resultado.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Variações Monetárias	539	392
Total	**539**	**392**
Despesas Financeiras		
Encargos do arrendamento	(352)	(400)
Variação monetária	(414)	(403)
Total	**(766)**	**(803)**
Resultado Financeiro Líquido	**(227)**	**(411)**

26. APURAÇÃO IRPJ E CSLL

a) Em 2026 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real trimestral conforme apuração abaixo:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(14.541)	(14.541)	(676)	(676)
Adições	1.238	1.238	2.321	2.321
Exclusões	(4.043)	(4.043)	(2.244)	(2.244)
Base de cálculo antes das compensações negativas	**(17.346)**	**(17.346)**	**(599)**	**(599)**
Alíquota utilizada para cálculo	**15% e 10%**	**9%**	**15% e 10%**	**9%**
Total dos incentivos fiscais	-	-	-	-
DESPESA IRPJ/CSLL	**-**	**-**	**-**	**-**
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	-	-	(179)	(66)
IRPJ / CSLL a recolher	**-**	**-**	**-**	**-**

b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(14.541)**	**(676)**
Alíquota nominal vigente	34%	34%

Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**4.944**	**(4.356)**
Reconciliação para a taxa efetiva		
Adições:		
Licença paternidade e maternidade prorrogada	(16)	(35)
Variações monetárias de provisões judiciais	(91)	(136)
Outras adições	(4)	(6)
Aprop. Juros arrendamento mercantil	(58)	(137)
Amortização arrendamento mercantil	(251)	(475)
Exclusões:		
Reversão de provisão de processos	1.058	161
Pagamento do arrendamento mercantil	317	602
Lucro real antes compensação de prejuízos fiscais		
Compensação base negativa e prejuízo fiscal	(1.769)	(61)
Lucro real após compensação de prejuízos fiscais		
Diferença do adicional de 10%	12	12
Incentivos fiscais	47	104
Imposto de renda e contribuição social corrente	**4.187**	**259**
Alíquota efetiva	**N/A**	**N/A**

27. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 2º Trimestre de 2026, os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, todas celebradas pela EPE, (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

A EPE é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e efetuada pagamentos de servidores/empregados públicos requisitados, pela EPE, para compor o quadro e de diretores, conselheiros e membros de comitê de auditoria. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.
O montante acumulado até o mês de referência registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, gratificações e benefícios de curto prazo, excluindo a RVA. No caso da remuneração aos diretores esses valores se referem à complementação paga pela EPE (até o limite do maior valor conforme primeiro quadro na Nota 21) aos salários que estes recebem de seus órgãos de origem, pois apenas um dos dirigentes é funcionário da empresa.

	30/06/2026	30/06/2025
Diretores	503	562
Conselheiros de Administração e Fiscal	236	228

A EPE possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A EPE não efetua e não recebe ressarcimento de

servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

Quadro 2 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para EPE

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Auditor Interno	Requisitado	CGU	Não
Assessor de Diretor	Requisitado	STJ	Sim
Chefe de Gabinete	Requisitado	MGI	Não
Assessor de Presidente	Requisitado	BB	Sim
Consultor Técnico III	Requisitado	IFRO	Não

Quadro 3 – Servidores/empregados cedidos da EPE para outros órgãos

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Analista de Pesquisa	Cedido	MME	Não
Analista de Pesquisa	Cedido	MME	Não
Analista de Pesquisa	Cedido	GSP	Sim
Analista de Pesquisa	Cedido	Eletronuclear	Sim
Assistente Administrativo	Cedido	Eletronuclear	Sim
Analista de Pesquisa	Cedido	MF	Não
Analista de Pesquisa	Cedido	GSP	Sim
Analista de Gestão	Movimentado	ANP	Não
Analista de Gestão	Movimentado	MGI	Não

De acordo com capítulo 3, artigo 17 de seu Estatuto Social possui os seguintes órgãos estatutários remunerados em sua estrutura: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. O Quadro abaixo apresenta a composição dos cargos estatutários ocupados por servidores/funcionários da administração pública:

Quadro 4 – Diretores/Conselheiros da Administração Pública

CARGO NA EPE	ORGÃO
Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	Agência Nacional de Energia Elétrica
Diretor de Estudos de Petróleo, Gás, e Biocombustíveis – DPG	Agência Nacional do Petróleo
Diretor de Estudos de Energia Elétrica	Agência Nacional de Energia Elétrica
Diretor de Governança Corporativa	Agência Nacional de Energia Elétrica
Conselheiro de Administração (um)	EPE
Conselheiro de Administração (dois)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Fazenda
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Gestão e Inovação
Conselheiro Fiscal (dois titulares e dois suplentes)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro Fiscal (um titular e um suplente)	Ministério da Fazenda

Quadro 5 – Com participação em outros órgãos e empresas

Cargo na EPE	Outro cargo estatutário em empresa ou órgão público	Sócio em empresa
Conselheiro Fiscal	Ministério de Minas e Energia / Nuclebrás Equipamentos Pesados.	Não
Conselho de Administração	Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica	Não
Conselheiro de Administração	Companhia Brasileira de Trens Urbanos	Não
Conselheiro de Administração / Diretor	Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica	Não
Comitê de Auditoria	CDBN – Confederação Brasileira de Desportos na Neve / Trensurb – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.	Sim
Comitê de Auditoria	Indústrias Nucleares do Brasil - INB	Sim
Diretor	Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica	Não

Comitê de Auditoria	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC	Não
Conselheiro Fiscal	Ministério de Minas e Energia	Não
Conselheiro de Administração	Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPAR	Não

Informações adicionais:

- Diretores cedidos à EPE: ANEEL e ANP. Nenhum dos dois órgãos recebe ressarcimento. Não há pagamento de INSS nem FGTS.
- Para os conselheiros que possuem cargo estatutário não há recolhimento de INSS, para os demais há recolhimento de INSS.

Partes Relacionadas com Pessoa Jurídica

Acordos de cooperação técnica

Convenente	Tipo de Relação	Objeto	Vigência
Dataprev SA	Contrato Administrativo	Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) compreendendo a instalação da solução SEI (Saas-Software as Service). Valor total R$ 1.154.096,10	07/11/2024 a 06/05/2027
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de cooperação técnica para institucionalizar a interação entre as equipes técnicas envolvidas, no que diz respeito ao planejamento da expansão do sistema de transmissão de energia elétrica, além de atender ao disposto no Acórdão nº 1789/2019 – TCU – Plenário.	17/01/2025 a 17/01/2028
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Acordo de Cooperação Técnica	Ações de cooperação por meio de compartilhamento de bases de dados e informações institucionais.	24/03/2024 a 24/03/2029
Pré-sal Petróleo S.A (PPSA)	Acordo de Cooperação Técnica	Promoção do desenvolvimento de atividades econômicas integrantes da Indústria do Petróleo, do Gás Natural, dos Biocombustíveis e da Energia.	27/02/2024 a 26/02/2029
Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS	Acordo de Cooperação Técnica	Cooperação Técnico-Operacional que entre si celebram a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para fins de intercâmbio de dados e informações e elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições. Fundamento: art. 5º, § 2º, inciso I do Estatuto Social da EPE	31/08/2023 a 30/08/2028
Agência Nacional de Petróleo – ANP	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB)	11/01/2023 a 10/01/2028
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)	Protocolo de intenções	Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários.	09/11/2022 a 09/11/2026

28. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão n° 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Ativo Circulante	42.844	42.752	92
Ativo Não Circulante	29.554	29.554	-
Total do Ativo	**72.398**	**72.306**	**92**
Passivo Circulante	38.229	40.505	(2.276)
Passivo Não Circulante	22.970	20.126	2.844
Patrimônio Líquido	11.199	11.675	(476)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	**72.398**	**72.306**	**92**

A conciliação apresentou uma diferença no total de R$ 92. Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O Ativo Circulante não apresentou diferença.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Despesas antecipadas	4.744	4.652	92
Total	**4.744**	**4.652**	**92**

b) O Ativo não Circulante não apresentou diferença.

c) O Passivo Circulante apresentou uma diferença de (R$ 2.276), impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais/tributárias, obrigações trabalhistas e demais obrigações em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Fornecedores	24	1.165	(1.141)
Obrigações trabalhistas e sociais	32.319	32.232	87
Demais Obrigações de CP	5.886	7.108	(1.222)
Total	**38.229**	**40.505**	**(2.276)**

d) O Passivo não Circulante apresentou uma diferença de (R$ 2.276), referente à atualização das provisões para contingências não registradas no SIAFI que serão atualizadas no mês seguinte.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Provisões para Contingências	22.970	20.126	2.844
Total	**22.970**	**20.126**	**2.844**

e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a), (b) e (c) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

29. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Clicksign 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

A cobertura de seguros, em valores de 30 de junho de 2026, é assim demonstrada:

Modalidade	Montante cobertura	Vigência
Responsabilidade civil	R$ 15.000	10/12/2026

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

*****

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Presidente- Interino

THIAGO IVANOSKI TEIXEIRA
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

REINALDO DA CRUZ GARCIA
Diretor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Interino

REINALDO DA CRUZ GARCIA
Diretor de Estudos de Energia Elétrica

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Diretor de Gestão Corporativa

SANDRO DA SILVA ABILIO
Contador – CRC-RJ 093927/0

2T.26_Demonstrações_intermediarias.pdf

Documento número #7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989

Hash do documento original (SHA256): 13166ba9c1fabfdc79f52e430f2328cc30a2373b4552efb4b8895d9b9f3a99c5

Hash do PAdES (SHA256): 3873c43f825e7ad76f889447924651cf27c0d72305204268a3c8fe5f043e22b6

Assinaturas

1 assinatura digital e 3 assinaturas eletrônicas

Carlos Eduardo Cabral Carvalho
Assinou em 26 ago 2026 às 15:35:44

Thiago Ivanoski Teixeira
CPF: 008.312.675-93

Assinou em 26 ago 2026 às 15:46:29

Emitido por AC Instituto Fenacon RFB G3- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 30 abr 2027

Sandro da Silva Abilio
Assinou em 27 ago 2026 às 08:39:51

Reinaldo da Cruz Garcia
CPF: 121.944.628-99

Assinou em 26 ago 2026 às 14:26:44

Log

26 ago 2026, 13:50:48	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989. Data limite para assinatura do documento: 28 de agosto de 2026 (18:00). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
26 ago 2026, 14:05:49	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: prado.thiago@epe.gov.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Guilherme Ferreira Prado.

26 ago 2026, 14:05:49	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: carlos.cabral@epe.gov.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Carlos Eduardo Cabral Carvalho.
26 ago 2026, 14:05:49	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: thiago.teixeira@epe.gov.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Ivanoski Teixeira e CPF 008.312.675-93.
26 ago 2026, 14:05:49	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: sandro.abilio@epe.gov.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro da Silva Abilio.
26 ago 2026, 14:05:49	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: reinaldo.garcia@epe.gov.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reinaldo da Cruz Garcia e CPF 121.944.628-99.
26 ago 2026, 14:26:44	Reinaldo da Cruz Garcia assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail reinaldo.garcia@epe.gov.br. CPF informado: 121.944.628-99. IP: 177.47.116.40. Componente de assinatura versão 1.1505.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
26 ago 2026, 15:35:44	Carlos Eduardo Cabral Carvalho assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail carlos.cabral@epe.gov.br. IP: 177.47.116.40. Componente de assinatura versão 1.1505.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
26 ago 2026, 15:46:29	Thiago Ivanoski Teixeira assinou. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 008.312.675-93. IP: 185.104.138.186. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude 51.36179 e longitude 4.64265. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1505.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
27 ago 2026, 08:39:51	Sandro da Silva Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandro.abilio@epe.gov.br. IP: 179.242.52.78. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.00084 e longitude -43.3371852. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1506.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
27 ago 2026, 11:30:11	Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 finalizou o processo de assinatura. Processo de assinatura concluído para o documento número 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 7b29ad22-466b-4006-b09f-8e2759380989, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.